



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

26 DE MAIO  
GINÁSIO DE ESPORTES PRESIDENTE  
MÉDICI  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO IV  
CONGRESSO DE TRABALHADORES NA  
AGRICULTURA

Sei que falo a homens amanhecidos na terra e indormidos no sofrimento.

Não venho cultivar ilusões. A semente da Nova República é a verdade e o entendimento. Este é o Governo do diálogo com a Nação.

Minha consciência e meu Deus fizeram-me assumir o compromisso de governar tendo como prioridade os pobres. É uma ação de política social.

Não me canso de repetir que não podemos ser felizes numa nação em que milhões de brasileiros não têm direito à felicidade.

Ao afirmar, na posse, que seria maior do que eu mesmo, tinha visão do cargo e das minhas responsabilidades perante a História. Conheço a amargura das injustiças no campo e sei que elas começam na paisagem dos trabalhadores sem ter-

ra, dos posseiros, dos expulsos e de todos que são vítimas da violência, da cobiça e da exploração.

Aqui estou para prestigiar os trabalhadores na agricultura, que se reúnem para analisar as condições de vida da categoria e sustentar a luta pelo pleno exercício de suas liberdades.

Na campanha eleitoral, o compromisso com a Nação, firmado pela Aliança Democrática, prometeu: “Reforma Agrária. Execução de política agropecuária que assegure a fixação de preços mínimos realistas e a formação de estoques reguladores adequados”. E ainda: “Reforma agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra; e melhoria das condições de vida do homem do campo”.

Em dois meses de Governo, já alcançamos conquistas extraordinárias. Restabelecemos na Constituição as eleições diretas para Presidente da República. As Capitais voltam a eleger seus prefeitos e não há mais municípios de segurança nacional. Em qualquer lugar deste País o cidadão passou a ter direito ao voto, inclusive os analfabetos. O Governo tem ouvidos. Todas as correntes de opinião pública são hoje livres para se organizar em partidos políticos, podendo, assim, participar abertamente do jogo democrático. As leis de exceção estão sendo removidas e, para as eleições do próximo ano, pretendemos acabar com as causas das fraudes e as influências do poder econômico, que conspurcam o processo político e violentam a consciência dos eleitores. Estamos nos entendendo com todos os partidos, acertando um pacto político que antecederá a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, exigência nacional e que já decidimos convocar imediatamente.

Nestes dois meses de reencontro do povo com o Governo até a inflação baixou.

Em dois meses de Governo, criei o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Coloquei à frente desse novo desafio um homem que conhece os problemas fundiários e procurei, num equilíbrio necessário à paz social, todas as correntes envolvidas na área, para que participassem desse projeto.

Agora, estou apresentando para debate a proposta do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária, inspirado no Estatuto da Terra.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura inicia um programa de apoio ao setor primário, tornando-o verdadeiramente prioritário. Dou cumprimento à Lei n.º 4.504, em consonância com o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, cujas diretrizes estão colocadas para apreciação por todos os segmentos sociais.

Os trabalhadores rurais, empregados e empregadores, serão ouvidos e ajudarão a decidir. Aplicar o Estatuto da Terra é respeitar o homem do campo e assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome. Desenvolvendo a agricultura, garantindo ocupação aos lavradores, vamos ter, também, as nossas indústrias produzindo mais, e o trabalho vencendo o desemprego nas cidades.

Assegurar a propriedade da terra a quem queira nela trabalhar, não é, apenas, ato de reparação de uma preterição histórica multissecular, mas, também, decisão política que atende as carências do presente e previne as necessidades do futuro.

Foi a ousadia e o sacrifício de homens e mulheres batalhando a terra que permitiram aos brasileiros conquistar a

maior parte deste Continente. E a tornaram de tal modo fecunda que, com eu esforço, pagaram, por um largo período, o preço das fábricas, das usinas e das indústrias.

Nesse processo de ocupação e exploração do solo concentrou-se a propriedade e a posse da terra em níveis perigosos para o bem-estar dos brasileiros e a estabilidade de suas instituições políticas e sociais.

É deplorável constatar que 1% das propriedades rurais representa, hoje, 45% da área rural integral. Isto é o latifúndio devorante, agravo que pesa desde as primeiras sesmarias e que se tornou o símbolo oneroso de um desequilíbrio que se traduz em ineficiência econômica e incapacidade produtiva.

O direito à propriedade da terra pode ser ameaçado pelo Estado e pelos próprios indivíduos quando concentram imensas áreas improdutivas, e ainda impedem que outros nela produzam.

Assim, o Programa de Reforma Agrária do Governo não é contra a propriedade, mas um meio de democratizá-la, tornando-a acessível a milhões de brasileiros. É um sincero programa de Governo, não um lance de retórica; é um projeto político de alcance nacional, não um conceito técnico ou um exercício de afirmação ideológica. É uma busca de solução sem traumas. E nesse sentido é meu dever uma palavra de louvor pelo que a Igreja Católica tem feito, procurando mediar os conflitos, assistindo os desamparados e revigorando a fé na promessa divina da redenção aos injustiçados.

A política fundiária é também um capítulo da política agrícola para que se cumpra a função social da terra, a de produzir para uma sociedade que se urbanizou, evitar o êxodo rural, possibilitar a diminuição de impostos sobre a produção

agrícola, de modo que, reduzidos os custos da produção, possamos ter comida barata para o nosso povo. Por outro lado, devemos acompanhar os programas de colonização pública e privada para que não se tenha, de forma alguma, a legalização da grilagem. Aplicar medidas duras para evitar a violência dos conflitos, cujo ônus maior recai nos desprotegidos posseiros. Violência que a cada dia é mais dramática, e muitas vezes gerada por conflitos urdidos para alcançar objetivos subalternos. Ninguém deseja violar a propriedade. Mas cumprir a Constituição que a submete ao interesse social. Nós sabemos que sem democracia econômica não há liberdade, e sem liberdade os trabalhadores são os primeiros a ser esmagados.

Queremos justiça no campo. Queremos aquilo que Deus determinou aos homens — paz na Terra. E a terra, aí, é o barro duro do trabalho dos pobres.